

# ZARCO

23333

# A CULTURA EM QUESTÃO

Este texto integra as Teses para o IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro.

**1.** O mundo da cultura — constituído por um espectro amplo de produtores, instituições, atividades e objetivações ideais — é aquela esfera da vida social através da qual a sociedade atualiza o seu estoque de saber e projetos, o recria, reproduz e enriquece com novas produções. Envolve a ciência, a arte, a técnica, a moral, os estilos de vida e de imaginário social. Implica sistemas educacionais e redes de comunicação social, e seus níveis e âmbitos diferenciados conformam, com suas especificidades e particularidades, uma totalidade complexa.

**1.1.** A visão que os comunistas têm da cultura parte da constatação de sua extrema riqueza e diversidade e da consideração de que seu processo não se desenvolve apenas em âmbitos institucionais da nossa sociedade, mas resulta da atividade de todos os setores que a constituem.

**1.2.** Os comunistas entendem, ainda, que o desenvolvimento cultural do País pressupõe a interação dialética entre as características nacionais — os aspectos de diversidade e identidade da cultura nacional — e os melhores aportes da cultura universal, para que possamos exercer, com soberania, o papel simultâneo de contribuintes e dos que desfrutam do processo cultural da humanidade, liquidando com todo e qualquer sistema de dominação e colonização cultural.

**2.** Em face do mundo da cultura, os comunistas brasileiros se posicionam a partir de uma perspectiva que:

a) compreende-o como necessariamente plural e pluralista — por isso, sua radical defesa da liberdade (de pesquisa, de criação, de expressão, de divulgação) e sua posição contrária a quaisquer formas de censura ou cerceamento; b) entende-o não como nível subsidiário, mas como uma instância nuclear da vida social — o que explica a demanda de políticas específicas que estimulem democraticamente a sua dinâmica própria, relativamente autônoma; c) concebe-o como um particular espaço de confrontos entre valores que remetem a projetos societários diferentes — por isso, o cancelamento de qualquer noção neutra ou asséptica da vida cultural.

**3.** Na entrada dos anos noventa, na sociedade brasileira, o mundo da cultura expressa diversa e indiretamente as principais contradições e tendências da nossa sociedade.

No mundo da cultura se refletem os efeitos da ditadura, que não foram superados durante a transição democrática e a Nova República e se vêem reativados desde que o Poder Executivo, em dezembro de 1989, foi conquistado. É na cultura que se vêem traços dos vários projetos sócio-políticos da sociedade brasileira. Nela se reflete a crise econômico-social do País e se espelham as alternativas para os impasses nacionais. Na sua contraditória complexidade, se expressam as várias possibilidades do futuro brasileiro.

**4.** Do período ditatorial que continua se refletindo no mundo da cultura, há que ressaltar duas realidades disjuntas, porém ligadas — a criação de um mercado nacional de bens simbólicos e o enquadra-

mento do sistema educacional.

**4.1** A "modernização conservadora" conduzida pelo Estado ditatorial a serviço do grande capital instaurou no Brasil um mercado nacional de bens simbólicos, articulado a uma precisa política de comunicação social. Estruturado conforme a lógica monopolista, este processo determinou:

- o controle dos meios decisivos de comunicação social por uns poucos grupos privados, ligados à oligarquia financeira;
- a instauração de uma indústria cultural, cuja dominante é a tentativa de erradicar as particularidades das identidades culturais do povo brasileiro e substituí-las por um cosmopolitismo alienante e conformista;
- a mercantilização dos bens, obras, acervos e eventos culturais, submetendo os produtores/realizadores (escritores, artistas, cineastas, músicos, dramaturgos etc.) ao controle do grande capital;
- a internacionalização da cultura, além disso, etapa estreitamente ligada à internacionalização da economia, fortalecendo uma indústria cultural de caráter transnacional monopolizada.

**4.2** No âmbito da política educacional, o desempenho do Estado ditatorial transformou o sistema de ensino do País num terreno para a acumulação e a valorização do capital. A privatização do ensino a todos os níveis correspondeu a deterioração da rede pública (fundamental e superior), implicando:

- o fortalecimento da "indústria do ensino" em todos os graus;
- o colapso do ensino fundamental, com taxas de analfabetismo e evasão assombrosas, além da não cobertura a amplos contingentes em idade escolar;
- a degradação da universidade pública (suas instalações, recursos, práticas pedagógicas e de pesquisa);
- o aviltamento do trabalho docente, avassaladoramente explorado no sistema privado e amplamente desestimulado no sistema público.

**5.** Esses resquícios do período ditatorial não foram revertidos nesta década — e tudo indica que não o serão, a depender do Poder Executivo. No entanto, eles operam contraditoriamente — e este caráter contraditório vem potenciado pelo desempenho das forças democráticas.

De um lado, a indústria cultural que instrumentaliza o mercado nacional de bens simbólicos não é algo monolítico. Até mesmo pelas demandas deste mercado, ela se vê compelida à divulgação de produtos que colidem com os seus objetivos. De outro, no interior do sistema educacional — especialmente nas chamadas "ilhas de competência" (escolas-modelo, universidade de ponta) — criou-se uma reserva de forças que põe em questão a ordem e a crise legadas pela ditadura.

**6.** A década de democratização que vivemos — algumas de cujas conquistas espelham-se na Constituição de 1988 — não reverteu o quadro crítico legado pela ditadura. Mas assinalou ganhos significativos: armaram-se dispositivos legais que favorecem a luta pela sua reversão, articularam-se movimentos sociais e redes associativas que nela

se engajam.

**6.1.** Em face deste quadro, problematizado pela vitória das forças conservadoras e reacionárias em dezembro de 1989, entendem os comunistas que seus esforços devem ser dirigidos para:

garantir o cumprimento das normas constitucionais progressistas referentes ao sistema educacional e a luta pela alteração dos dispositivos retrógrados (aqui, será de fundamental importância trabalhar para que o Congresso Nacional elabore uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação expurgada de ranços conservadores e antidemocráticos); construir um sistema público e gratuito de ensino fundamental que atenda às necessidades da massa do povo;

■ priorizar a erradicação do analfabetismo;

■ renovar, e adequar às novas exigências, o ensino técnico de grau médio;

■ privilegiar, no sistema de ensino superior, exclusivamente o setor público, investindo numa universidade democrática, autônoma, laica, gratuita e, sobretudo, competente, mediante uma política de pesquisa e investigação intensiva e compatível com a magnitude das demandas do desenvolvimento econômico-social.

Cabe observar que a urgência da mobilização dos segmentos democráticos brasileiros em defesa da universidade pública torna-se maior nesta quadra, quando as investidas do governo central contra a instituição ganham agora uma condensação nova, com a retórica da "redução dos gastos públicos".

A realização destas tarefas implica uma radical transformação no tratamento das questões e problemas concernentes ao pessoal docente de todos os níveis, prestigiando-o, valorizando-o material e socialmente e estimulando os seus movimentos organizativos e associativos (que devem superar as suas atuais tendências corporativas). Por outro lado, o papel do movimento discente é, aqui, imprescindível: a renovação do sistema de ensino brasileiro é impensável sem o protagonismo ativo e responsável dos estudantes.

**6.2** Em face da indústria cultural, entendem os comunistas que sua democratização passa necessariamente pela luta antimonopolista. No plano especificamente cultural, o combate pela democratização supõe:

■ a criação de mecanismos de controle social dos meios de comunicação e a sua regionalização;

■ a instauração de dispositivos que garantam a expressão e a divulgação de todas as tendências da cultura brasileira;

■ a implementação de mecanismos que assegurem a explicitação das particularidades das identidades culturais do povo brasileiro, impedindo a ilegítima imposição de padrões localizados (social e espacialmente) como "nacionais".

Também aqui a mobilização e a organização dos vários estratos de produtores/realizadores culturais — bem como a sua articulação com outros movimentos sociais — desempenham papel central, numa luta em que melhores condições de trabalho e respeito aos direitos autorais ocupam lugar decisivo.

7. Devido ao modo da cultura como diferenciado e plural, os comunistas consideram que a democratização da cultura implica o acesso da população a todos os produtos, bens e eventos culturais, sejam eruditos ou populares, bem como à própria produção cultural.

Deve constituir questão de princípio da política cultural dos comunistas a recusa de toda instrumentalização político-partidária da cultura, seus protagonistas e eventos.

7.2 Em face das manifestações culturais, os comunistas devem assumir uma postura facilitadora e crítica, estimuladora da sua criatividade e expressão.

Essa postura envolve o apoio aos mecanismos associativos que propiciam a sua produção e divulgação; a crítica consiste em não tomar a cultura em bloco, antes investigando os seus componentes de conformismo e resistência e contribuindo para ressaltar suas implicações.

Especialmente no marco das manifestações da cultura, cabe aos comunistas uma tarefa importante: a luta pela preservação e reconhecimento das múltiplas identidades, combatendo a pasteurização que lhes querem impor os monopólios da indústria cultural, bem como a sua comercialização e folclorização.

8. Para os comunistas, o Estado — que não produz cultura e que não deve manter em face dela posturas tutelares e assistencialistas — tem obrigações em relação ao mundo da cultura. Especialmente quando a retórica e as práticas do bloco conservador e reacionário que chegou ao Poder Executivo nas últimas eleições querem golpear os insipientes apoios governamentais às atividades culturais, é preciso insistir na necessidade do cumprimento dessas obrigações.

Tais obrigações devem objetivar-se através de políticas setoriais definidas e implementadas democraticamente, com a participação organizada dos que atuam na produção cultural e sob o controle de agências da sociedade civil, capazes de coibir o cartorialismo, a burocratização e a ineficiência.

8.1 Fundamentalmente, entendem os comunistas que estas políticas setoriais precisam estar articuladas ao elenco das políticas sociais abrangentes. Não se pode ter políticas educacionais e culturais específicas descoladas do enfrentamento das condições básicas em que se move o povo brasileiro — suas condições de trabalho, alimentação, moradia, transporte e saúde.

8.2 No âmbito do mundo da cultura, quatro linhas de políticas setoriais são imprescindíveis:

- política educacional — que contemple o sistema nacional de ensino, atendendo às linhas referidas no item 6.1;
- política de pesquisa científica — capaz de mobilizar, tendo por centro as instituições do ensino superior público, a massa crítica no sentido de promover o desenvolvimento científico e técnico, apto a atender às demandas atuais do desenvolvimento econômico-social e antecipar/projetar suas estratégias. A pesquisa científica, a pesquisa tecnológica e a educação para nós, comunistas, deve se inserir no quadro amplo da cultura historicamente derivado das aspirações humanas por uma vida melhor.

- política de proteção do patrimônio cultural — supondo a inclusão da preservação dos bens culturais e ambientais no conjunto de direitos sociais dos cidadãos, tais políticas devem conduzir à identificação do acervo daqueles bens e ao estabelecimento de diretrizes e requisitos para sua preservação, bem como à inserção de tais diretrizes e requisitos como componentes fundamentais das políticas de educação, de desenvolvimento urbano e de assentamento humano no território;

- políticas específicas para os múltiplos setores da arte — contemplando o desenvolvimento desigual, as particularidades e as exigências diferenciadas dos vários setores artísticos. Aqui se inscrevem providências e dispositivos aptos a sustentar o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança, do cinema, da literatura,

8.3 As políticas setoriais devem ser elaboradas democraticamente, em diálogo com os interesses dos monopólios e dos segmentos conservadores e reacionários.

Já existe, porém, uma enorme reserva de forças, no próprio mundo da cultura, capaz de fornecer o necessário suporte social para estas políticas — reserva a ser potenciada com a sua articulação com os movimentos democráticos que penetram o conjunto da sociedade. É grande o potencial acumulado pelos movimentos organizativos/associativos que congregam produtores/realizadores culturais — desde grupos amadores de teatro a núcleos vinculados ao cineclubismo, à música popular, à proteção ambiental. A articulação dos esforços destes movimentos com aqueles de categorias dos produtores/realizadores que estão diretamente submetidos ao capital é vital para a realização das referidas políticas.

8.4 A realização de políticas para a produção/divulgação da cultura passa necessariamente por duas ordens de conquistas: melhores condições de trabalho para os produtores/realizadores culturais e garantias de espaço para a sua socialização.

As melhores condições de trabalho referem-se à existência de uma infra-estrutura adequada (desde instalações físicas até instrumentos), às facilidades de formação profissional (escolas públicas, médias e superiores, de artes) e, muito especialmente, ao reconhecimento dos direitos de remuneração dos produtores/realizadores culturais (salários, segurança no emprego, direitos autorais de toda espécie etc.).

A garantia de espaço para a socialização da sua produção implica oferecer-lhes um tratamento diferenciado em face da divulgação de produtos culturais estrangeiros, sendo preciso assegurar-lhes, na seqüência de uma análise específica de cada ramo da produção cultural, o acesso a uma parcela determinada no mercado nacional de bens simbólicos.

8.5 Deve ser característica das políticas setoriais para o mundo da cultura, além das já mencionadas, a regionalização e a integração, para garantir tanto a preservação das particularidades

das identidades culturais quanto a otimização dos recursos materiais e humanos.

9. Para os comunistas, é também no espaço do mundo da cultura que se desenvolvem aspectos específicos de novas lutas sociais, que envolvem desde temáticas até então soterradas na vida brasileira (as lutas pela igualdade étnica, por exemplo) até as emendas emergentes de categorias sociais específicas (jovens, mulheres), assim como as problemáticas referentes ao lazer, aos ecossistemas etc. Estimulá-las, apoiá-las e contribuir para a superação dos seus particularismos é também operar no mundo da cultura.

10. As determinações antes esboçadas, que reclamam um esforço de particularização dos comunistas, seguramente indicarão uma pauta sintética de política cultural que, em resumo, exigirá:

- um projeto estratégico, planejado e de médio prazo, que torne os produtores/realizadores culturais menos dependentes do sabor de conjunturas políticas;

- uma programática que, na sua base, considere o caráter econômico e social da produção cultural nas suas diferentes linguagens;

- uma concepção globalizante do processo cultural que, sem perder de vista as peculiaridades de cada área, supere os corporativismos que marcam as políticas setoriais;

- normatização, através de leis ordinárias, das conquistas da Constituição de 1988, com especial atenção ao que se refere aos meios de comunicação social (destacando-se o que incide sobre a regionalização da produção televisiva);

- criação de mecanismos de financiamento para as diferentes áreas da produção cultural — créditos voltados tanto para a produção em si quanto para a infra-estrutura que lhe é necessária;

- estímulo aos mecanismos de produção cultural — incentivos à pesquisa (sem prejuízo de legítima que facilite a importação de meios e vertentes no País);

- criação de novos mecanismos que permitam que recursos privados sejam transferidos em incentivos, para iniciativas culturais;

- extensão, através de todos os meios possíveis, das informações, conhecimentos e oportunidades de acesso à produção e ao consumo de bens culturais a todo território brasileiro para a superação das desigualdades regionais hoje flagrantes;

- estabelecimento de uma política de intercâmbio com todas as nações do mundo, construindo uma relação igualitária entre o nosso processo cultural e o de outros povos.

11. Para os comunistas a dinamização progressista do mundo da cultura implica duas condições interligadas:

- a) a ampliação e o aprofundamento da vida democrática — a democracia é o solo adequado para o florescimento cultural;
- b) a estreita vinculação do mundo da cultura com o mundo do trabalho — é desta vinculação que a cultura pode extrair novas forças, é nelas que o trabalho pode esclarecer-se e transformar-se.

12. Entendem os comunistas que lhes cabe um importante — e ainda inexplorado — papel no mundo da cultura da sociedade brasileira.

Quer pela sua tradição, quer pelo fato de se vincularem a uma vertente teórica ideal tão fecunda no trato da questão cultural (ou seja, a vertente inaugurada por Marx), os comunistas abre-se um campo de intervenção verdadeiramente privilegiado na cultura brasileira.

Este protagonismo supõe, entretanto, algumas condições:

- a definitiva erradicação de preconceitos (setoriais e/ou doutrinários) em face da cultura;

- a superação de quaisquer tentativas instrumentalizadoras diante dos produtores, produtos e eventos culturais;

- o fim das avaliações político-partidárias da produção cultural;

- a sua inserção nos movimentos organizativos associativos do mundo da cultura, de forma a dinamizá-los e a fazê-los avançar;

- o desenvolvimento de pesquisas, investigações e estudos acerca do mundo da cultura brasileira, sua contemporaneidade, contradições e problemas — enfim, acompanhamento da dinâmica atual;

- o desenvolvimento da sua própria cultura marxista.

Para a realização dos dois últimos itens, é preciso operar organizadamente, valendo-se inclusive de organismos especializados (neste sentido, a vitalização do Instituto Astrojildo Pereira — e seu instrumento, a *Revista Novos Rumos* — deve ser privilegiada).

13. A significação da presença dos comunistas no processo cultural da sociedade brasileira derivará não só da sua participação individual, mas também em decorrência de sua ação coletivamente organizada, em função de:

- a) a valorização, pelo PCB, da importância da questão cultural;

- b) a formulação, pelo PCB, de uma proposta de política cultural particularizada, concreta, factível, a partir da configuração global da Resolução Política emanada do próximo Congresso;

- c) a organização dos artistas e intelectuais comunistas que respeite a especificidade da questão cultural e de suas atividades.